

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	9



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 28 de março de 2025, sem modificação.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC SP-294991/O

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	967	12.533	10.926	23.563
Contas a receber	6	-	-	36.416	17.427
Partes relacionadas	26	-	3.085	1	222
Impostos e contribuições a recuperar	7	555	2.054	742	2.065
Outros ativos	8	2.808	1.092	1.454	1.490
		4.330	18.764	49.539	44.767
Não circulante					
Investimentos	9	973.305	432.381	-	-
Imobilizado	10	66.630	570.545	1.009.263	982.719
Ativo de direito de uso	11	3.919	1.153	58.717	57.217
		1.043.854	1.004.079	1.067.980	1.039.936
Total do ativo		1.048.184	1.022.843	1.117.519	1.084.703
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	2.857	5.135	4.690	6.827
Empréstimos e financiamentos	14	-	496.394	-	496.394
Obrigações tributárias	13	513	663	8.159	2.563
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	6.288	7.496	6.288	7.496
Partes relacionadas	26	6	-	-	-
Passivo de arrendamento	11	425	336	714	592
Provisões diversas		82	572	82	572
		10.171	510.596	19.933	514.444
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	684.550	-	684.550	-
Passivo de arrendamento	11	3.769	936	61.886	58.536
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	2.446	2.813	2.446	2.813
Provisão para desmobilização de ativos	15	-	-	1.456	412
		690.765	3.749	750.338	61.761
Patrimônio líquido					
Capital social	17	495.916	575.291	495.916	575.291
Prejuízos acumulados		(148.668)	(66.793)	(148.668)	(66.793)
Total do patrimônio líquido		347.248	508.498	347.248	508.498
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.048.184	1.022.843	1.117.519	1.084.703

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	18	-	-	108.692	29.131
Custos operacionais	19	(427)	(683)	(60.398)	(9.693)
Resultado bruto		(427)	(683)	48.294	19.438
Despesas operacionais					
Despesas com pessoal	20	(20.820)	(22.746)	(20.841)	(22.746)
Despesas administrativas e gerais	21	(9.038)	(8.584)	(10.883)	(9.233)
Amortização e depreciação	22	(709)	(604)	(1.391)	(1.753)
Outras receitas/(despesas)	23	(283)	-	10.907	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	32.573	10.203	-	-
		1.723	(21.731)	(22.208)	(33.732)
Lucro (prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		1.296	(22.414)	26.086	(14.294)
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	24	(85.287)	(24.095)	(93.868)	(30.481)
Receitas financeiras	24	2.116	13.746	3.600	14.267
		(83.171)	(10.349)	(90.268)	(16.214)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(81.875)	(32.763)	(64.182)	(30.508)
Imposto de renda e contribuição social – correntes	25	-	-	(17.693)	(2.255)
Prejuízo do exercício		(81.875)	(32.763)	(81.875)	(32.763)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(81.875)	(32.763)	(81.875)	(32.763)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(81.875)	(32.763)	(81.875)	(32.763)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2023		650.000	(252.634)	(34.030)	363.336
Integralização de capital	17.a	-	177.925	-	177.925
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	(32.763)	(32.763)
Em 31 de dezembro de 2024		650.000	(74.709)	(66.793)	508.498
Aumento de capital por incorporação	17.a	15.175	-	-	15.175
Integralização de capital	17.a	-	7.600	-	7.600
Redução de capital	17.a	(102.150)	-	-	(102.150)
Prejuízo do exercício	17.c	-	-	(81.875)	(81.875)
Em 31 de dezembro de 2025		563.025	(67.109)	(148.668)	347.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		(81.875)	(32.763)	(81.875)	(32.763)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao caixa gerado nas (utilizado nas) atividades operacionais					
Depreciação do ativo imobilizado	10	296	253	33.936	4.956
Amortização do ativo de direito de uso	11	529	351	2.600	2.062
Resultado de equivalência patrimonial	9	(32.573)	(10.203)	-	-
Baixa de ativo imobilizado	10	34.846	1.788	39.910	7.729
Juros sobre passivo de arrendamento	11	259	185	8.173	6.559
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	14	75.845	13.312	75.845	13.312
Ajuste a valor presente - provisão para desmobilização	15	-	-	204	-
Provisões diversas		(490)	(259)	(490)	(260)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber	6	-	-	(18.989)	(17.427)
Impostos e contribuições a recuperar	7	1.499	(242)	1.323	(253)
Partes relacionadas	26	3.092	(1.693)	222	(222)
Outros ativos	8	(214)	(812)	36	(1.091)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	12	(2.218)	(17.900)	(2.136)	(22.175)
Obrigações tributárias	13	(148)	(1.315)	13.277	1.099
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	16	(1.576)	2.600	(1.576)	2.600
Provisão para desmobilização de ativos	15	-	-	-	412
(-) Pagamento de juros pagos sobre empréstimos e financiamentos		(69.221)	-	(69.221)	-
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(7.681)	(962)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		(71.949)	(46.698)	(6.442)	(36.424)
Atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	10	(61.569)	(505.604)	(84.375)	(573.490)
Aumento de capital em controladas	9	(7.022)	(73.717)	-	-
Redução de capital em controladas	9	20.300	-	-	-
Dividendos recebidos de controladas	9	22.325	-	-	-
Fluxo caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(25.966)	(579.321)	(84.375)	(573.490)
Atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	650.000	444.080	650.000	444.080
Custo sobre empréstimos e financiamentos	14	(14.774)	-	(14.774)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Principal	14	(453.695)	-	(453.695)	-
Pagamento de arrendamentos	11	(632)	(478)	(8.801)	(7.038)
Redução de capital	17	(102.150)	-	(102.150)	-
Aporte de capital	17	7.600	177.925	7.600	177.925
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		86.349	621.527	78.180	614.967
Diminuição (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa		(11.566)	(4.492)	(12.637)	5.053
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		12.533	17.025	23.563	18.510
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		967	12.533	10.926	23.563
Variação em caixa e equivalentes de caixa		(11.566)	(4.492)	(12.637)	5.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. (“IBH XXV”, “Companhia” ou “Grupo” e “Élis Energia”, quando em conjunto com suas controladas diretas e indiretas) foi constituída em 10 de agosto de 2022, com sede na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 Conjunto 162, Vila Olímpia, São Paulo - SP, tendo por objeto social a participação em outras sociedades na qualidade de acionista ou cotista.

As principais atividades da Companhia e de suas controladas (“Grupo”), bem como a natureza das operações envolvem a construção e operação de usinas geradoras de energia solar, enquadradas como Geração Distribuída (GD). A Companhia tem como controladora indireta o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Ao final do exercício de 2025 a Companhia possuía um total de 43 projetos (43 em 2024), sendo 34 projetos operacionais (11 em 2024) e 9 (32 em 2024) projetos em construção.

Em 31 de dezembro de 2025 os projetos conectados totalizam uma potência de 114,05 MWac (41,60 MWac em dezembro de 2024) e os projetos em construção totalizam uma potência de 41,65 MWac (114,1 MWac em dezembro de 2024).

As informações das entidades controladas em 31 de dezembro de 2025 estão demonstradas a seguir:

SPE	Localidade/Projeto	Fase	Mwac	Início do faturamento	Previsão de início de operação
Centro Oeste GD S.A.	Cassilândia	Em operação	2,4	Abr/25	-
Goiás GD S.A.	Abadiânia	Em construção	5	-	Abr/26
Goiás GD S.A.	Campinorte	Em operação	5	Dez/24	-
Goiás GD S.A.	Jataí	Em operação	5	Abr/25	-
Goiás GD S.A.	Jussara I	Em operação	2,5	Abr/25	-
Goiás GD S.A.	Jussara II	Em construção	2,5	-	Abr/26
Goiás GD S.A.	Morrinhos	Em operação	5	Out/25	-
Goiás GD S.A.	São Luiz de Montes Belos	Em construção	5,5	-	Mai/26
Goiás GD S.A.	Silvânia II	Em operação	5	Jan/25	-
Goiás GD S.A.	Silvania I	Em construção	5	-	Mar/26
Goiás GD S.A.	Crixás	Em operação	5	Jun/25	-
Goiás GD S.A.	Itaberaí	Em operação	4,5	Dez/24	-
Goiás GD S.A.	Itumbiara Velha	Em operação	5	Abr/25	-
IBH XXV S.A.	Luiz Eduardo Magalhães	Em construção	2,5	-	Mar/26
IBH XXV S.A.	Santa Maria da Vitória	Em construção	4	-	Jul/26
IBH XXV S.A.	Tanhaçu	Em construção	5	-	Mar/26
Minas GD S.A.	Buritís	Parcial	4,5	Dez/25	-
Minas GD S.A.	Divinópolis	Em operação	4	Dez/23	-
Minas GD S.A.	Lagoa da Prata I	Em operação	4,8	Mai/24	-
Minas GD S.A.	Lagoa da Prata II	Em construção	5	-	Nov/26
Minas GD S.A.	São Sebastião do Oeste	Em operação	4,8	Jul/24	-

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

SPE	Localidade/Projeto	Fase	Mwac	Início do faturamento	Previsão de início de operação
Nordeste GD S.A.	Bom Jesus do PI	Parcial	4	Set/24	-
Nordeste GD S.A.	Petrolina	Em construção	2,4	-	Mar/26
Nordeste GD S.A.	Surubim	Em operação	2,5	Jul/25	-
Nordeste GD S.A.	Francisco Santos	Em operação	2	Nov/25	-
Pantanal GD S.A.	Água Boa	Em operação	1,5	Jul/25	-
Pantanal GD S.A.	Barra do Garças	Em operação	2,5	Ago/25	-
Pantanal GD S.A.	Claudia	Em operação	2	Mai/25	-
Pantanal GD S.A.	Diamantino	Em operação	5	Jan/25	-
Pantanal GD S.A.	Mirassol d'Oeste	Em operação	3	Ago/25	-
Pantanal GD S.A.	Pontal do Araguaia	Em operação	5	Nov/24	-
Pantanal GD S.A.	Poxoréu I	Em operação	4,5	Ago/25	-
Pantanal GD S.A.	Poxoréu II	Em operação	2	Out/25	-
Pantanal GD S.A.	Rondonópolis	Em operação	4,8	Jun/25	-
Pantanal GD S.A.	Vila Bela	Em operação	2,5	Abr/25	-
Pantanal GD S.A.	Vila Rica	Em operação	2,5	Abr/25	-
São Paulo GD S.A.	Altair	Em operação	2,5	Out/24	-
São Paulo GD S.A.	Cajobi	Em operação	2,5	Out/24	-
São Paulo GD S.A.	Guapiaçu	Em operação	2	Nov/24	-
São Paulo GD S.A.	Limeira	Em operação	2,5	Set/25	-
São Paulo GD S.A.	Nova Granada	Em operação	2,5	Dez/24	-
São Paulo GD S.A.	Pirajui	Em operação	2,5	Jan/25	-
São Paulo GD S.A.	Santa Adelia	Em operação	3	Abr/25	-

1.1. Continuidade operacional

A Companhia encontra-se em fase de desenvolvimento e operação, com 9 filiais em construção e 34 filiais em operação. Em 31 de dezembro de 2025, apresenta Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$5.841 na Controladora e positivo de R\$29.606 no Consolidado (R\$491.832 negativo na Controladora e R\$469.677 negativo no Consolidado em 2024). A variação do CCL entre 2025 e 2024 decorre substancialmente das dívidas quitadas e nova captação junto ao BNDES opera o longo prazo em 2025, que no ano anterior era composta por dívida de curto prazo e portanto com reflexo importante no passivo circulante, além dos projetos que entraram em operação durante o ano de 2025 de suas controladas.

No início de 2025, a dívida de curto prazo (debêntures) foi integralmente liquidada, e a Companhia realizou uma nova captação de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para maiores informações nota 14.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Continuidade operacional--Continuação

Os resultados operacionais verificados no exercício estão alinhados com as estimativas da Administração, especialmente no que diz respeito aos desembolsos pré-operacionais tanto da Companhia quanto de suas controladas.

A Administração possui um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, que considera aporte de capital por parte de seu acionista, quando necessário. Tais aportes estão previstos no plano de negócios da Companhia o qual fora aprovado pela Administração e pelos acionistas.

Ao longo de 2025, o Grupo deu continuidade à construção de usinas de geração de energia fotovoltaica em controladas diretas e indiretas. Parte das obras foi concluída nas SPEs Minas GD S.A., São Paulo GD S.A., Pantanal GD S.A., Centro Oeste GD S.A., Goiás GD S.A., e Nordeste GD S.A., que iniciaram o faturamento e a geração de caixa em 2025. Para maiores informações, vide nota explicativa 1.

Não obstante, a Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e suas controladas, especialmente no que diz respeito à execução de suas atividades em estrita aderência aos seus planos de negócios.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos e geração de caixa operacional ou de financiamentos próprio ou de terceiros suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Assuntos relevantes do exercício

1.2.1. Reestruturação societária - incorporação entre grupo

- (a) Ao longo do ano de 2025, as controladas da Companhia passaram por diversas alterações societárias. Dentre elas, destaca-se o encerramento das atividades SPE Ceará GD. Além disso, as SPEs Piauí GD S.A. e Mato Grosso do Sul GD S.A. tiveram suas denominações sociais alteradas para Nordeste GD S.A. e Centro Oeste GD S.A., respectivamente.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Assuntos relevantes do exercício--Continuação

1.2.1. Reestruturação societária - incorporação entre grupo--Continuação

- (b) Em julho de 2025, foi realizada a cisão parcial do ativo em construção denominado Santa Maria da Vitória II, pertencente à controlada Infraestrutura Brasil 37 S.A. ("IBH 37"), com transferência para a controlada Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. ("IBH XXV"). A operação resultou na redução do capital da IBH 37 em R\$15.175 (nota 10.2 e 17.a) em 15.175.107,23 (quinze milhões, cento e setenta e cinco mil, cento e sete vírgula vinte e três) ações, com consequente aumento do capital da IBH XXV no mesmo montante. Ambas as empresas pertencem ao mesmo grupo econômico e são controladas pela Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A. ("IBH XXIV").
- (c) Em outubro de 2025, a IBH XXV concluiu a incorporação de sua controlada direta SPE Bahia GD S.A. Já em novembro de 2025, a controlada SPE Nordeste GD S.A. finalizou a incorporação da Pernambuco GD S.A. Ambas as operações foram realizadas no contexto de reorganização societária, com o objetivo de simplificar a estrutura organizacional, otimizar processos administrativos, entre outros benefícios.

O balanço patrimonial da SPE Bahia GD S.A. na data da incorporação em 30 de setembro de 2025, é como segue:

Ativo não circulante	
Imobilizado	199
Ativo de direito de uso (nota 11)	3.095
	3.294
Total do ativo	3.294
Passivo circulante	
Fornecedores	1
Obrigações tributárias	3
Passivo de arrendamento (nota 11)	17
	21
Não circulante	
Passivo de arrendamento (nota 11)	3.182
	3.182
Acervo incorporado	91

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Assuntos relevantes do exercício--Continuação

1.2.1. Reestruturação societária - incorporação entre grupo--Continuação

O balanço patrimonial da SPE Pernambuco GD S.A. na data da incorporação em 30 de outubro de 2025, é como segue:

Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	115
Contas a receber	335
Impostos e contribuições a recuperar	3
Outros ativos	65
Despesas antecipadas	8
	<u>526</u>
Não circulante	
Imobilizado	39.071
Ativo de direito de uso	2.243
	<u>41.314</u>
Total do ativo	<u><u>41.840</u></u>
Passivo circulante	
Fornecedores	143
Obrigações tributárias	53
Passivo de arrendamento	16
	<u>212</u>
Não circulante	
Passivo de arrendamento	2.359
	<u>2.359</u>
Acervo incorporado	<u><u>39.269</u></u>

As operações representam uma reclassificação interna de ativos e passivos, não gerando ágio, ganho por compra vantajosa ou quaisquer efeitos no resultado. Os ativos, passivos, receitas e despesas das entidades incorporadas já estavam integralmente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas antes da operação, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais, a operação resultou na baixa do investimento registrado na incorporada, contrapartida da absorção dos ativos e passivos líquidos, sem qualquer alteração no patrimônio líquido consolidado, gerando impacto apenas na controladora referente à incorporação da Bahia GD S.A.

Por se tratar de operação entre entidades sob controle comum, na qual a Companhia já detinha 100% do capital das entidades incorporadas, não houve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como “Controladora”, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Companhias por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram auditados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 25 de fevereiro de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas a orientação técnica OCPC 07 (R1), com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam, sendo a moeda funcional das Companhias. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Base de consolidação das demonstrações financeiras

a) Controladas

As controladas são entidades (incluindo entidades de propósito específico) sobre as quais a Companhia exerce controle. A Companhia controla uma investida quando está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder que detém sobre a investida, isto é, pela capacidade de dirigir as atividades relevantes.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle é obtido pela Companhia, e a consolidação é encerrada a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os saldos, transações, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas são eliminados na consolidação.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades da Companhia são eliminados. Prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando a transação evidenciar perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Alterações na participação societária em controladas que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de capital e reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. O resultado abrangente e os prejuízos das controladas são atribuídos aos acionistas controladores e às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor para as participações não controladoras.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.4. Base de consolidação das demonstrações financeiras--Continuação

a) Controladas--Continuação

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos ao custo.

As participações em controladas estão demonstradas a seguir:

Descrição	Participação	
	2025	2024
<u>Controladas diretas</u>		
Goiás GD S.A.	100%	100%
São Paulo GD S.A.	100%	100%
Nordeste GD S.A.	100%	100%
Minas GD S.A.	100%	100%
Pantanal GD S.A.	100%	100%
Centro Oeste GD S.A.	100%	100%
Bahia GD S.A.	-	100%
Pernambuco GD S.A.	-	100%
Ceará GD S.A.	-	100%

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de todas as controladas nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas-- Continuação

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 3.6);
- Vida útil dos bens do ativo imobilizado (nota 3.4);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (nota 3.5);
- Provisão para desmobilização de ativos (nota 3.8);
- Provisão para demandas judiciais (nota 3.8 e 27); e
- Provisão para ILP (Incentivo de Longo Prazo) (nota 3.11).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

No balanço patrimonial, os saldos de caixa e bancos compreendem caixa (isto é, caixa disponível e depósitos à vista) e equivalentes de caixa. Equivalentes de caixa correspondem a aplicações financeiras (geralmente com vencimento original de três meses ou menos), de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros fins.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são compostos por caixa e equivalentes de caixa conforme definidos acima, líquidos de saldos bancários a descoberto em aberto pagáveis à vista, se houver, e formam parte integrante da gestão de caixa do Grupo.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra companhia.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber, para o saldo de clientes, que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e partes relacionadas.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) *Classificação e mensuração*

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas possuem apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros da Companhia e de suas controladas ao custo amortizado incluem partes relacionadas e contas a receber.

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

d) *Desreconhecimento*

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

e) *Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, partes relacionadas, passivo de arrendamento e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não possui operações de risco sacado, *forfait* e *factoring* durante os exercícios de 2025 e 2024. Todas as transações financeiras foram realizadas sem a emissão de títulos de créditos sujeitos a desconto ou desconto de risco.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

A Companhia deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente*--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

c) *Desreconhecimento*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.2. Instrumentos financeiros--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não possui contrato ou operara com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2025 e 2024. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3. Demais ativos circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição (acrescido de juros capitalizados durante o período de construção), construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.4. Imobilizado--Continuação

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação são definidas com base na vida útil econômica estimada de cada classe de ativos, incluindo obrigações relacionadas à futura desmobilização.

As principais taxas utilizadas são:

- Móveis e utensílios: 10% ao ano.
- Computadores e periféricos: 20% ao ano.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros: 20% ao ano.
- Usinas em operação e provisão de desmobilização: média de 4% ao ano.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em andamento os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos e debêntures vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados serão depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Arrendamentos

Ativo de direito de uso

A Companhia reconhece os direitos de uso de ativos na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso do arrendatário). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor prazo contratual dos arrendamentos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos de arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa incremental na data de início do contrato, visto que a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamento não pode ser imediatamente determinada. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir os acréscimos de juros e reduzido em decorrência dos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver alguma modificação, como mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento).

Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.
- (ii) operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.5. Arrendamentos--Continuação

Premissas para o reconhecimento--Continuação

- (iii) contratos que envolvam o uso de ativos de baixo valor não são considerados.
- (iv) considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (v) a metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) a taxa de desconto utilizada é de 13,85% a.a. equivalente a 1,09% a.m. em 2025 e 2024, de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato de arrendamento.
- (vii) prazo de cada contrato de arrendamento ajustado pela duração do respectivo fluxo de pagamento.

Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos foram reconhecidos no passivo de forma linear pelo prazo do arrendamento.

A Companhia como arrendadora

A Companhia através de suas controladas, atua como arrendadora, locando essas UFVs para os arrendatários, e não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo e são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos ativos arrendados, durante o período de arrendamento.

A Administração avalia as circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável e quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificadas perdas relacionadas ao valor recuperável dos ativos.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indicativos de *impairment*.

3.7. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é registrada na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.8. Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia ou suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Provisões--Continuação

A Companhia e suas controladas não possuem obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações. Adicionalmente, as demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 e dezembro de 2025 e 2024, não apresentam registro de provisão de demandas judiciais, devido a inexistência de causas com prognóstico de perda provável.

a) Provisão para desmobilização de ativos

A provisão para desmobilização de ativos considera que as controladas assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato de arrendamento das terras onde estão instalados. A provisão foi inicialmente mensurada ao valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente, e por mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

b) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, e de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.9. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

No caso das empresas tributadas com base no lucro real, são consideradas as compensações de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitadas a 30% do lucro real do exercício. Para as empresas tributadas com base no lucro presumido, os tributos são calculados sobre percentuais fixos aplicados à receita bruta, conforme a legislação vigente. No grupo, as empresas tributadas com base no lucro presumido são prestadoras de serviço, sendo que, para atividades de prestação de serviços, aplica-se o percentual de 32% sobre a receita bruta para determinação da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

Na Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. a apuração do imposto se baseia no lucro real, e as suas controladas pelo lucro presumido. O lucro real difere do lucro apresentado no resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os passivos fiscais correntes são calculados com base em alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim do período de relatório.

Uma provisão é reconhecida para questões para as quais a apuração de impostos é incerta, mas há probabilidade de desembolso futuro de recursos para uma autoridade fiscal. As provisões representam a melhor estimativa do valor a ser pago. O lançamento de impostos se baseia no julgamento de profissionais da Companhia suportado pela experiência anterior com relação a essas atividades e, em determinados casos, com base na opinião de consultores fiscais.

3.10. Benefícios a empregados

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado com relação aos ordenados e salários, férias e afastamentos por doença no período em que os correspondentes serviços são prestados a um montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Passivos de benefícios a empregados no curto prazo são mensurados pelo montante não descontado dos benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.11. Provisão de Incentivo de longo prazo (ILP)

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, classificado e contabilizado em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Os benefícios concedidos aos administradores e/ou empregados são mensurados ao valor justo na data da outorga (*grant date*), utilizando metodologia de avaliação apropriada de cálculo de valor justo (*Fair Value*), considerando as condições de mercado, prazo de carência (*vesting period*), volatilidade esperada, taxa livre de risco e demais premissas relevantes.

(a) Planos liquidados em caixa

Quando aplicável, os planos liquidados em caixa são reconhecidos como passivo e mensurados pelo valor justo a cada data de balanço, com as variações reconhecidas no resultado do exercício até a data da liquidação.

(b) Modificações e cancelamentos

Modificações nos termos dos planos são reconhecidas conforme previsto no CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações, sendo o efeito incremental do valor justo reconhecido ao longo do período remanescente de aquisição. Cancelamentos ou liquidações antecipadas são contabilizados conforme as disposições específicas do pronunciamento.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

3.14. Apuração do resultado

a) Receitas

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a entidade cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre a locação e serviços prestados de operação e manutenção. O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de com a metodologia de compensação de energia estabelecidos em cada contrato.

As receitas da Companhia são provenientes dos seguintes tipos de contratos/serviços:

i) *Locação de equipamentos de sistema de Geração Distribuída (GD)*

A receita operacional de locação de equipamentos permite que a locatária obtenha a titularidade sobre a energia injetada na rede de distribuição pela central geradora participante do sistema de compensação de energia elétrica (SCEE), conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL nº 482/2012 (e legislação aplicável).

A energia ativa injetada na Concessionária local é cedida por meio de empréstimo gratuito e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa ou contabilizada como crédito de energia de unidades consumidoras da locatária participante do sistema, conforme regulação aplicável.

A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período de vigência dos contratos.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.14. Apuração do resultado--Continuação

a) Receitas--Continuação

ii) *Serviços de operação e manutenção (O&M)*

A receita operacional dos serviços de operação e manutenção do SGD (Sistema de Geração Distribuída) integrante dos projetos de energia (serviços de O&M) se dá pela manutenção de forma a garantir a limpeza, conservação e segurança do SGD, o fornecimento de materiais e maquinários necessários para realização dos serviços de O&M, supervisão e controle de toda a área por meio de monitoramento remoto ou in loco, elaboração e envio de relatórios mensais contendo as informações de valores de produção, disponibilidade técnica, atividades de manutenção ordinária e extraordinária, entre outros.

São celebrados contratos de locação com as usinas fotovoltaicas próprias, e consideram uma remuneração mensal.

4. Normas e interpretações novas e revisadas

a) Revisadas e vigentes

<u>Norma</u>	<u>Alteração</u>	<u>Vigência a partir de</u>
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Normas e interpretações novas e revisadas--Continuação

a) Revisadas e não vigentes--Continuação

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01/01/2026 para companhias abertas
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01/01/2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01/01/2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósito em conta corrente	1	46	14	1.428
Aplicações financeiras (i)	966	12.487	10.912	22.135
Total	967	12.533	10.926	23.563

(i) As aplicações financeiras de curto prazo possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a títulos do Fundo de Investimento PP Portfólio RF, administrado pelo Itaú Unibanco S.A., remunerado a 100,45% no ano de 2025 (102,5% em 2024).

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Duplicatas a receber	-	-	36.416	7.725
Locações/Serviços a faturar	-	-	-	9.702
Total	-	-	36.416	17.427

O prazo médio de recebimento são de 60 a 90 dias. A composição dos saldos por prazo de vencimento é como segue:

	Consolidado	
	2025	2024
Vencidos até 30 dias	9.791	-
A vencer até 30 dias	12.959	5.600
A vencer de 31 a 60 dias	10.802	5.072
A vencer de 61 a 90 dias	1.147	4.061
A vencer de 91 a 180 dias	1.717	2.694
	36.416	17.427

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando as características do mercado em que atua, a expectativa da Administração.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRRF - Aplicações financeiras	555	2.054	742	2.065
Total	555	2.054	742	2.065

8. Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Seguros a apropriar	1.088	857	1.198	1.255
Despesas antecipadas	170	176	170	176
Outros (i)	1.550	59	86	59
Total	2.808	1.092	1.454	1.490

- (i) Montante de R\$1.500 corresponde ao saldo em aberto que a controladora ("IBH XXV") tem ainda a receber de caixa da sua controlada Pantanal GD referente à redução de capital da controlada, cujo efeito é zerado de forma consolidada; e R\$50 trata-se de licenças de software a serem apropriadas nas amortizações no resultado.

9. Investimentos

- (a) As investidas da Companhia apresentaram a seguinte situação patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Companhia	Controle	2025					% de participação no capital social
		Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado		
Bahia GD S.A.	Direto	-	-	-	-	100%	
Ceará GD S.A.	Direto	-	-	-	-	100%	
Goiás GD S.A.	Direto	394.112	25.217	368.895	3.786	100%	
São Paulo GD S.A.	Direto	115.784	6.073	109.711	2.577	100%	
Nordeste GD S.A.	Direto	90.505	5.367	85.138	332	100%	
Pernambuco GD S.A.	Direto	-	-	-	-	100%	
Minas GD S.A.	Direto	156.817	10.061	146.756	2.235	100%	
Pantanal GD S.A.	Direto	268.298	22.910	245.388	10.416	100%	
Centro Oeste GD S.A.	Direto	18.622	1.205	17.417	948	100%	
Total		1.044.138	70.833	973.305	20.294	100%	

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

2024						
Companhia	Controle	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Resultado	% de participação no capital social
Bahia GD S.A.	Direto	1.397	1.277	120	(203)	100%
Ceará GD S.A.	Direto	13	-	13	(34)	100%
Goiás GD S.A.	Direto	121.784	22.690	99.094	817	100%
São Paulo GD S.A.	Direto	103.205	8.793	94.411	4.564	100%
Nordeste GD S.A.	Direto	32.593	2.524	30.070	89	100%
Pernambuco GD S.A.	Direto	2.377	2.237	139	(268)	100%
Minas GD S.A.	Direto	113.242	9.312	103.930	5.058	100%
Pantanal GD S.A.	Direto	105.974	16.918	89.056	(1.106)	100%
Centro Oeste GD S. A	Direto	16.519	971	15.548	(265)	100%
Total		497.104	64.722	432.381	8.652	100%

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

(b) A movimentação dos investimentos é como segue:

Companhia	Valor do investimento em 2024	Aporte de capital	Transferência de ativos	Redução de capital (**)	Patrimônio incorporado	Dividendos distribuídos	Equivalência patrimonial	Valor do investimento em 2025
Bahia GD S.A.	120	372	-	-	(49)	-	(443)	-
Ceará GD S.A.	13	-	-	(2)	(11)	-	-	-
Goiás GD S.A.	99.094	1.899	264.933	-	-	(6.956)	9.925	368.895
São Paulo GD S.A.	94.411	262	17.025	-	-	(6.065)	4.077	109.710
Nordeste GD S.A.	30.070	436	15.120	-	39.269	(391)	634	85.138
Pernambuco GD S.A.	139	831	38.745	-	(39.269)	(112)	(334)	-
Minas GD S.A.	103.930	262	55.187	(9.800)	-	(8.711)	5.888	146.756
Pantanal GD S.A.	89.056	2.304	154.506	(12.000)	-	-	11.523	245.389
Centro Oeste GD S.A.	15.548	656	-	-	-	(90)	1.303	17.417
Total	432.381	7.022	545.516	(21.802)	(60)	(22.325)	32.573	973.305

Companhia	Valor do investimento em 2023	Aporte de capital (*)	Equivalência patrimonial	Valor do investimento em 2024
Bahia GD S.A.	6	293	(179)	120
Ceará GD S.A.	6	15	(8)	13
Goiás GD S.A.	436	97.505	1.153	99.094
São Paulo GD S.A.	2.567	87.162	4.682	94.411
Nordeste GD S.A.	13.528	16.344	198	30.070
Pernambuco GD S.A.	27	361	(249)	139
Minas GD S.A.	64.869	33.496	5.565	103.930
Pantanal GD S.A.	23.746	66.045	(735)	89.056
Centro Oeste GD S.A.	72	15.700	(224)	15.548
Total	105.257	316.913	10.203	432.381

(*) Do total de R\$316.913, R\$243.196 correspondem à transferência de ativos, tratada como efeito não caixa, enquanto R\$73.717 representam aumento efetivo de caixa.

(**) Do total de R\$21.802, R\$1.502 correspondem à redução de capital tratada como efeito não caixa.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imobilizado administrativo em uso	911	1.040	911	1.040
Usinas em operação	-	-	735.668	170.575
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	1.157	363
Adiantamento a fornecedores	7.111	3.577	7.249	4.118
Usinas em construção (i)	58.608	565.928	264.278	806.623
Total	66.630	570.545	1.009.263	982.719

- (i) O imobilizado operacional em construção compreende: (a) máquinas e equipamentos; (b) custos diretamente atribuíveis à implementação do projeto, como consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão ambiental, serviços de engenharia e projeto básico, bem como despesas de viagens relacionadas; (c) juros capitalizados durante a fase de construção, quando aplicável. Estes custos são incorridos exclusivamente para viabilizar o ativo e, no momento da unitização, são rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais.

A composição do imobilizado administrativo em uso é como segue:

Bens	Consolidado			Consolidado		
	2025			2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Móveis e utensílios	157	(38)	119	143	(21)	122
Computadores e periféricos	435	(217)	218	423	(131)	292
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.032	(458)	574	890	(264)	626
Total	1.624	(713)	911	1.456	(416)	1.040

A movimentação do imobilizado é como segue:

Bens	Controladora						
	2024	Adições	Baixas	Transferências (i)	Cisão (ii)	Depreciação	2025
Móveis e utensílios	122	14	-	-	-	(17)	119
Computadores e periféricos	292	12	-	-	-	(86)	218
Benfeitorias em imóveis de terceiros	626	142	-	-	-	(194)	574
Adiantamento a fornecedores	3.577	19.751	(25.574)	-	9.357	-	7.111
Usinas em construção	565.928	41.650	(9.272)	(545.516)	5.818	-	58.608
Total	570.545	61.569	(34.846)	(545.516)	15.175	(297)	66.630

- (i) Saldo não zero na coluna de transferências, porque o montante de R\$545.516 (nota 9) refere-se ao processo de *drop down* (transferência de ativos) da Controladora para suas filiais, registrado como aumento de capital nas empresas controladas, sem efeito contábil nos saldos consolidados. Na controladora, a operação representa a transferência do ativo imobilizado, com a reclassificação do ativo para a conta de investimentos em razão da integralização de capital nas controladas.
- (ii) Corresponde a cisão do Projeto Santa Maria da Vitória II, para maiores informações nota explicativa 1.2.1.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Bens	Controladora					2024
	2023	Adições (*)	Baixas	Transferências	Depreciação	
Móveis e utensílios	108	27	-	-	(13)	122
Computadores e periféricos	306	63	-	-	(77)	292
Benfeitorias em imóveis de terceiros	691	99	-	-	(164)	626
Adiantamento a fornecedores	45.968	98.449	-	(140.840)	-	3.577
Importação em andamento	25.362	104.595	-	(129.957)	-	-
Usinas em construção	198.742	341.373	(1.788)	27.601	-	565.928
Total	271.177	544.606	(1.788)	(243.196)	(254)	570.545

(*) Do total de R\$544.606, R\$39.002 correspondem à juros capitalizados, tratado como efeito não caixa, enquanto R\$505.604 representam aumento efetivo de caixa.

Bens	Consolidado							2025
	2024	Adições	Provisão para desmobilização (i)	Baixas	Transferências (ii)	Cisão (iii)	Depreciação	
Móveis e utensílios	122	14	-	-	-	-	(17)	119
Computadores e periféricos	292	12	-	-	-	-	(86)	218
Benfeitorias em imóveis de terceiros	626	142	-	-	-	-	(194)	574
Provisão para desmobilização (i)	363	-	840	-	-	-	(46)	1.157
Usina em operação	170.575	207	-	(73)	598.552	-	(33.593)	735.668
Adiantamento a fornecedores	4.118	23.539	-	(29.765)	-	9.357	-	7.249
Usinas em construção	806.623	60.461	-	(10.072)	(598.552)	5.818	-	264.278
Total	982.719	84.375	840	(39.910)	-	15.175	(33.936)	1.009.263

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Bens	Consolidado					2024
	2023	Adições (v)	Baixas (iv)	Transferências	Depreciação	
Móveis e utensílios	108	27	-	-	(13)	122
Computadores e periféricos	318	63	-	(12)	(77)	292
Benfeitorias em imóveis de terceiros	691	99	-	-	(164)	626
Provisão para desmobilização	-	373	-	-	(10)	363
Usina em operação	-	-	-	175.267	(4.692)	170.575
Adiantamento a fornecedores	47388	106.802	-	(150.072)	-	4.118
Importação em andamento	25.362	104.595	-	(129.957)	-	-
Usinas em construção	309.045	400.533	(7.729)	104.774	-	806.623
Total	382.912	612.492	(7.729)	-	(4.956)	982.179

- (i) A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de seus ativos de longo prazo relacionados às usinas fotovoltaicas. A provisão reconhecida pela Companhia reflete a melhor estimativa da Administração, devendo ser revisada periodicamente (nota 15).
- (ii) Durante o exercício de 2025 a Companhia realizou a transferência de determinados ativos pertencentes da entidade Infraestrutura Brasil Holding XXV para as suas controladas, com o objetivo exclusivo de adequar as alocações dos ativos dentro da estrutura do Grupo. A operação consistiu na transferência de ativos imobilizados, realizada pelo valor contábil líquido na data da transação. Por se tratar de operação envolvendo partes relacionadas sob controle comum, a transferência não resultou em ganho ou perda para o Grupo e não gerou efeitos relevantes no resultado consolidado. A operação não alterou a participação societária nem a posição patrimonial do Grupo como um todo, representando apenas uma movimentação interna para fins de alinhamento operacional e estratégico. Assim, os ativos permaneceram reconhecidos no consolidado, sem impacto sobre o patrimônio líquido ou o resultado. A Companhia continuará monitorando os efeitos decorrentes da reorganização, não sendo identificados, até a data de encerramento destas demonstrações, riscos adicionais ou mudanças significativas na estrutura financeira.
- (iii) Corresponde a cisão do Projeto Santa Maria da Vitória II, para maiores informações nota explicativa 1.2.1. As baixas foram impactadas principalmente por sinistros ocorrerem por conta de avarias em módulos, inversores ou demais equipamentos. Os reembolsos das concessionárias recebidos foram devidamente reconhecidos em resultado quando aplicável e reconhecidos de forma parcial ou integralmente os efeitos financeiros das referidas baixas. Das usinas em construção quando das obras concluídas os saldos foram devidamente reclassificados para as usinas em operação e os ativos passaram a ser depreciados de acordo com sua vida útil econômica estimada com base em laudo contratado.
- (iv) Do total de R\$612.492, R\$39.002 correspondem à juros capitalizados, tratado como efeito não caixa, enquanto R\$573.490 representam aumento efetivo de caixa.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento

(a) A seguir os ativos de direito de uso por entidade:

Empresa	Quantidade	Prazo	Consolidado		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024
			Locações arrendadas	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	2	30 anos	5.036	(1.117)	3.919	1.153
Bahia GD S.A.	-	-	-	-	-	1.248
São Paulo GD S.A.	14	30 anos	4.913	(424)	4.489	6.576
Pantanal GD S.A.	14	30 anos	16.836	(1.129)	15.707	13.888
Goiás GD S.A.	14	30 anos	22.576	(1.461)	21.115	21.009
Nordeste GD S.A.	4	30 anos	4.739	(292)	4.447	2.189
Pernambuco GD S.A.	4	30 anos	-	-	-	2.183
Minas GD S.A.	6	30 anos	8.872	(709)	8.163	8.083
Centro Oeste GD S.A.	1	30 anos	941	(64)	877	908
Total			63.913	(5.196)	58.717	57.217

(b) A movimentação do ativo de direito de uso durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.154	1.343	57.217	27.627
Adições	-	161	3.929	31.652
Incorporação societária (nota 1.2.1)	3.095	-	-	-
Remensuração	199	-	171	-
Baixas	-	-	-	-
Amortização (*)	(529)	(351)	(2.600)	(2.062)
Saldo no fim do exercício	3.919	1.153	58.717	57.217

(*) Em 31 de dezembro de 2025 a somatória da amortização entre custo (R\$1.505) e despesa (R\$1.095), conforme notas explicativas 19 e 22, respectivamente (R\$562 e R\$1.500 em 2024).

(c) Os passivos de arrendamento por entidade estão demonstrados a seguir:

Bens	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	425	336	425	336
Bahia GD S.A.	-	-	-	4
Ceará GD S.A.	-	-	-	-
São Paulo GD S.A.	-	-	27	37
Pantanal GD S.A.	-	-	87	68
Goiás GD S.A.	-	-	89	76
Nordeste GD S.A.	-	-	24	13
Pernambuco GD S.A.	-	-	-	7
Minas GD S.A.	-	-	58	48
Centro Oeste GD S.A.	-	-	4	3
Total do passivo circulante	425	336	714	592

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

11. Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento--Continuação

Bens	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Infraestrutura Brasil XXV S.A.	3.769	936	3.769	936
Bahia GD S.A.	-	-	-	1.267
Ceará GD S.A.	-	-	-	-
São Paulo GD S.A.	-	-	4.837	6.712
Pantanal GD S.A.	-	-	16.609	14.282
Goiás GD S.A.	-	-	22.346	21.584
Nordeste GD S.A.	-	-	4.681	2.248
Pernambuco GD S.A.	-	-	-	2.216
Minas GD S.A.	-	-	8.712	8.356
Centro Oeste GD S.A.	-	-	932	935
Total do passivo não circulante	3.769	936	61.886	58.536

(d) A movimentação do passivo de arrendamento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.272	1.402	59.128	27.955
Adições (nota 30)	-	163	3.929	31.652
Incorporação societária (nota 1.2.1)	3.199	-	-	-
Remensuração	96	-	171	-
Juros (nota 24)	259	185	8.173	6.559
Pagamento	(632)	(478)	(8.801)	(7.038)
Saldo no fim do exercício	4.194	1.272	62.600	59.128

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Principal	Juros	Total
2026	8.839	(8.125)	714
2027	7.054	(4.991)	2.063
2028	7.297	(5.163)	2.134
2029	7.558	(5.348)	2.210
2031	7.838	(5.546)	2.292
A partir de 2031	181.879	(128.692)	53.187
	220.465	(157.865)	62.600

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	2.857	5.135	4.690	6.827
Total	2.857	5.135	4.690	6.827

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL a pagar	-	-	6.764	1.307
PIS e COFINS a pagar	(2)	5	540	219
Impostos retidos de terceiros	515	658	855	1.037
Total	513	663	8.159	2.563

14. Empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Itaú	-	496.394	-	496.394
Total passivo circulante	-	496.394	-	496.394

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
BNDDES	684.550	-	684.550	-
Total passivo não circulante	684.550	-	684.550	-

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Controladora

O empréstimo captado junto ao Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) e Santander S.A. relativo a contrato de coordenação, colocação e distribuição pública, pelo rito de registro automático de distribuição, destinada a investidores profissionais, sob o regime de garantia firme de colocação, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real no montante total de R\$450.000 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), desembolsados em 3 parcelas nos meses de janeiro, abril e maio de 2024. Em 6 de março de 2025 houve o resgate antecipado e quitação total das Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional.

Em 17 de dezembro de 2024, a controlada IBH XXV celebrou o Contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") para financiamento de Máquinas, Equipamentos e Serviços, por meio com a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. ("FINAME"), no montante total de até R\$250.000 (duzentos e cinquenta milhões de reais), cujo desembolso ocorreu no mês de fevereiro de 2025.

A remuneração sobre o principal é correspondente à taxa composta (i) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo divulgado pelo IBGE ("IPCA"), calculado de forma *pro rata temporis*, (ii) pela Taxa de Longo Prazo ("TLP") prefixada de 6,66% a.a. e (iii) pelo *spread* da(o) FINAME / BNDES de 1,50%. O prazo do financiamento é de até 192 meses, com carência de até 36 meses (a ser definida na liberação dos recursos). A amortização seguirá o Sistema de Amortização Constante ("SAC").

Em 18 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou o Contrato de Financiamento a ser provido com recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), no âmbito do Programa Novo Fundo Clima, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), no montante total de R\$400.000 (quatrocentos milhões de reais), cujos desembolsos ocorreram nos meses de fevereiro e abril de 2025.

A remuneração sobre o principal é correspondente 9,40% a.a. O prazo do financiamento é de até 192 meses, com carência até 15/10/2025. A amortização seguirá o Sistema de PRICE.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

a) Controladora--Continuação

Em fevereiro de 2025, a Companhia celebrou o Instrumento Particular de Prestação de Fiança e Outras Avenças, com Banco Santander (Brasil) S.A. e Itaú Unibanco S.A. como fiadores (50%/50%), para apresentação das cartas de fiança ao BNDES. As cartas de fiança possuem prazo de vigência de 36 meses. A comissão de fiança bancária é de 1,25% a.a., calculado *pro rata temporis*. A afiançada também deve pagar aos fiadores o valor correspondente a 2,00% sobre a totalidade do valor de compromisso de R\$650.000 (seiscentos e cinquenta milhões de reais), a título de comissão de estruturação. A comissão de estruturação será devida (i) para o Itaú, 1,00% (um por cento), 7 dias úteis após a data da emissão da primeira carta de fiança e 1,00%, 12 meses após a data da emissão da primeira carta de fiança e (ii) para o Santander, 1,40%, 7 dias úteis após a data da emissão da primeira carta de fiança e 0,60%, 12 meses após a data da emissão da primeira carta de fiança.

Instituição / Credor	Remuneração	Data da captação	Tipo de Garantia	Frequência de pagamento de juros / amortização	Vencimento final
BNDES	PRE 9,40%	12/2024	Cessão fiduciária de direitos creditórios, de equipamentos e de ações	192 meses	02/2041
BNDES	IPCA + 8,16% a.a.	12/2024	Cessão fiduciária de direitos creditórios, de equipamentos e de ações	192 meses	02/2041
Itaú - Santander	CDI + 2,35% a.a.	01/2024	Cessão fiduciária de direitos creditórios, de equipamentos e de ações	18 meses	06/2025

A movimentação de empréstimos e financiamentos é como segue:

Empréstimo	2024	Adições	Custos a Amortizar	Juros provisionados	Encargos	Pagamento principal	Pagamento juros	2025
Itaú - Santander	496.395	-	-	12.856	1.973	(450.000)	(61.224)	-
BNDES	-	650.000	(14.774)	58.325	2.691	(3.695)	(7.997)	684.550
Total passivo circulante	496.395	650.000	(14.774)	71.181	4.664	(453.695)	(69.221)	684.550

Empréstimo	CDI a.a. (%)	Spread a.a. (%)	2023	Adições	Juros provisionados (*)	Encargos	2024
Itaú - Santander	100%	2,35%	-	444.081	48.368	3.946	496.395
Total passivo circulante			-	444.081	48.368	3.946	496.395

(*) Do total de R\$48.368, R\$39.002 correspondem à juros capitalizados, tratado como efeito não caixa, enquanto R\$9.366 representam aumento efetivo de caixa.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo não circulante possui o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Consolidado			
	Principal	Encargos	Juros	Saldo a pagar
2026	26.748	(500)	2.083	28.330
2027	28.426	(531)	2.214	30.108
2028	30.184	(564)	2.350	31.970
2029	32.040	(599)	2.495	33.936
2030	34.040	(636)	2.651	36.054
A partir de 2031	494.867	(9.253)	38.535	524.152
Total	646.305	(12.083)	50.328	684.550

Covenants

Os contratos de financiamentos da Companhia não preveem cláusulas restritivas de natureza financeira (“*covenants*”). No entanto, o Contrato de Prestação de Garantia (“CPG”) das fianças bancárias aplicáveis aos contratos de financiamento exige a observância periódica de índice de cobertura do serviço da dívida (Cláusula 7.1.xxviii). Essa apuração ocorrerá de forma anual a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2026, portanto, não é aplicável para o exercício de 2025.

Desta forma, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia não possui inadimplementos de índices de “*covenants*”, tampouco descumprimentos das cláusulas contratuais de vencimento antecipado. A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração dessa cláusula.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para desmobilização de ativos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para desmobilização de ativos	-	-	1.456	412
Total ativo não circulante	-	-	1.456	412

(a) Para as controladas de geração distribuída que exploram parques solares instalados em terrenos de terceiros, foi constituída provisão para desmobilização de ativos ao final do prazo do contrato. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada ao valor presente de 13,85% a.a. e às mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo foram capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente dos respectivos contratos de arrendamento. Os prazos dos contratos de arrendamento estão descritos na nota explicativa 11. como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo remanescente de autorização.

A movimentação da provisão para desmobilização de ativos é como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	412	-
Adição (nota 30)	840	412
Juros	204	-
Saldo no final do exercício	1.456	412

16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Encargos sociais a pagar	685	768	685	768
Provisão para férias	610	1.010	610	1.010
Provisão de PLR	4.993	5.718	4.993	5.718
Total - passivo circulante	6.288	7.496	6.288	7.496

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Incentivo de longo prazo (i)	2.446	2.813	2.446	2.813
Total - passivo não circulante	2.446	2.813	2.446	2.813

O pagamento de qualquer valor devido a título de Incentivo ocorrerá apenas no âmbito de um Evento de Liquidez decorrente de uma Transferência de Controle da Holding e/ou da Companhia. A atual previsão é que o pagamento deverá ser realizado pela Companhia, em dinheiro, mediante transferência eletrônica de recursos aos Beneficiários.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações trabalhistas e previdenciárias--Continuação

- (i) Os contratos de outorga do Incentivo de Longo Prazo (ILP) foram firmados pela controlada Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. e representam a outorga do direito sobre valorização de investimento pela Assembleia Geral, o qual está sujeita ao limite global de 5% (cinco por cento) do Ganho do Acionista. O Plano do Incentivo de Longo Prazo tem por objetivo permitir que seus Beneficiários façam jus, de acordo com os termos e condições previstos, ao Incentivo, consubstanciado no direito ao recebimento de valor em dinheiro, ou de ações de emissão da Holding ou da Companhia, conforme o caso, atrelado a potencial valorização do investimento realizado pelo Acionista Controlador, proporcional ao percentual atribuído a cada Beneficiário. As provisões realizadas seguem as recomendações e estão em conformidade com o CPC 10 (R1).

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia possui capital social no valor de R\$563.025, composto por 563.025.507,23 (quinhentos e sessenta e três milhões, vinte e cinco mil, quinhentas e sete vírgula vinte e três) ações ordinárias nominativas, 100% subscritas pelo acionista Infraestrutura Brasil Holding XXIV S.A., sendo parcialmente integralizado em R\$495.916 em 31 de dezembro de 2025 (R\$575.291 em 31 de dezembro de 2024).

Os impactos no capital social acima são compostos pela redução de capital no valor de R\$102.150, pela cisão do projeto Santa Maria da Vitória II no montante de R\$15.175 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2.1 e da integralização de capital de R\$7.600.

b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

c) Prejuízos acumulados

A Lei nº 6.404/76, no parágrafo único do art. 189, determina que o prejuízo do exercício seja apresentado na conta de "prejuízos acumulados" e deverá obrigatoriamente ser absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Prejuízos acumulados--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo no exercício de R\$81.875, totalizando um prejuízo acumulado de R\$148.668 no exercício de 2025 (R\$66.793 de prejuízo acumulado em 2024) de forma consolidada.

18. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita com serviço de O&M	-	-	10.942	1.403
Receita com locação de usina	-	-	102.641	18.798
Receitas não faturadas (ii)	-	-	-	9.702
(-) PIS/Cofins (i)	-	-	(4.891)	(772)
Receita líquida	-	-	108.692	29.131

- (i) Impostos indiretos, conforme alíquotas vigentes, para o exercício de 2025 foram considerados PIS 0,65%, COFINS 3% e ISS varia de município para município ficando entre 2% e 5%.
- (ii) As receitas referentes à energia gerada na competência de 2024 e que foram provisionadas no valor de R\$9.702, mas não faturadas foram estornadas em 2025, e seu faturamento está contemplado dentro das linhas de receitas com serviço de O&M (R\$343) e com locação de usinas (R\$9.359).

19. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços de O&M	(427)	(683)	(25.254)	(4.209)
Depreciação do Imobilizado - usinas em operação	-	-	(33.639)	(4.702)
Amortização do ativo de direito de uso	-	-	(1.505)	(562)
Juros locações arrendadas (i)	-	-	-	(220)
Total	(427)	(683)	(60.398)	(9.693)

- (i) Em 2024 os juros dos arrendamentos das Companhias em operação foram considerados como custos operacionais devido a sua natureza. Em 2025 foram reclassificados como despesas financeiras na nota explicativa nº 24.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Despesas com pessoal

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos	(12.874)	(12.799)	(12.895)	(12.799)
Provisão de ILP	(1.916)	(2.277)	(1.916)	(2.277)
PLR	(2.653)	(3.859)	(2.653)	(3.859)
Benefícios	(1.657)	(1.520)	(1.657)	(1.520)
Férias e outros encargos	(1.720)	(2.291)	(1.720)	(2.291)
Total	(20.820)	(22.746)	(20.841)	(22.746)

21. Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas de ocupação e escritório	(413)	(375)	(423)	(397)
Despesas com viagens e estadias	(447)	(592)	(447)	(592)
Serviços de terceiros	(5.501)	(4.530)	(5.945)	(4.685)
Softwares e suporte de informática	(751)	(604)	(751)	(604)
Perdas (*)	(11)	(1.123)	(373)	(1.147)
Outras despesas	(1.915)	(1.360)	(2.944)	(1.808)
Total	(9.038)	(8.584)	(10.883)	(9.233)

(*) Inclui perdas relacionadas à sinistros e custos de projetos que não foram continuados (Confresa).

22. Amortização e depreciação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Amortização do ativo de direito de uso (i)	(413)	(351)	(1.095)	(1.500)
Depreciação de ativo imobilizado (ii)	(296)	(253)	(296)	(253)
Total	(709)	(604)	(1.391)	(1.753)

(i) Amortização dos contratos de arrendamento das usinas em construção.

(ii) Depreciação de ativos utilizados na administração.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

23. Outras Receitas/Despesas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Indenizações (i)	(214)	-	11.067	-
Baixa de ativos (ii)	(69)	-	(160)	-
Total	(283)	-	10.907	-

(i) Distrato do projeto Rondonópolis com o cliente Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda. no valor de R\$11.200, indenizações com e indenizações com sinistros em (R\$133).

(ii) Outras baixas de ativos compondo o valor de R\$160 relacionadas à projetos cancelados e perdas.

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	1.441	8.820	2.595	8.900
Descontos obtidos	28	4.715	76	4.845
Variação cambial ativa	647	211	929	522
	2.116	13.746	3.600	14.267
Despesas financeiras				
PIS/COFINS sob receita financeira	(98)	(663)	(304)	(701)
Juros sobre empréstimos (nota 14)	(71.181)	(9.366)	(71.181)	(9.366)
Encargos sobre empréstimos (nota 14)	(4.664)	(3.946)	(4.664)	(3.946)
Juros de mora	(324)	(1.280)	(325)	(1.281)
IOF	(50)	(78)	(110)	(80)
Comissão e fiança bancária	(8.524)	(782)	(8.524)	(782)
Multa, Juros, Tarifas bancárias	(186)	(285)	(587)	(476)
Juros sobre arrendamento (nota 11)	(259)	(185)	(8.173)	(6.339)
Resultado <i>hedge</i>	-	(4.327)	-	(4.327)
Variação cambial passiva	-	(3.183)	-	(3.183)
	(85.287)	(24.095)	(93.868)	(30.481)
Resultado financeiro	(83.171)	(10.349)	(90.268)	(16.214)

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2025, foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação específica.

A Companhia apresentou prejuízo fiscal no período e os impostos diferidos sobre o prejuízo fiscal não foram reconhecidos, pois a Companhia não apresentou lucro tributável.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(81.875)	(32.763)	(64.182)	(30.508)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(27.838)	(11.139)	(21.822)	(10.373)
Equivalência patrimonial	11.075	3.469	-	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	16.763	7.670	21.822	10.373
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(17.693)	(2.255)
Encargos Fiscais	-	-	(17.693)	(2.255)
Despesas com IR e CS correntes	-	-	(17.693)	(2.255)
Alíquota efetiva	-	-	2757%	7,39%

26. Partes relacionadas

26.1. Recebíveis de partes relacionadas

Os valores a receber das investidas são decorrentes de aquisição de equipamentos e que foram repassados para as controladas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IBH XXIV S.A.	-	-	1	-
Goiás GD S.A.	-	13	-	-
Piauí GD S.A.	-	27	-	-
Pantanal GD S.A.	-	1.882	-	-
São Paulo GD S.A.	-	942	-	-
IBH 37	-	221	-	222
Ativo circulante	-	3.085	1	222
Pantanal GD S.A.	6	-	-	-
Passivo circulante	6	-	-	-

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

26. Partes relacionadas--Continuação

26.1. Recebíveis de partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal chave da Administração

O pessoal da alta administração inclui os diretores estatutários e os diretores administrativos.

A remuneração paga ou a pagar por serviços é realizada pela controlada Infraestrutura Brasil Holding XXV e está representada por honorários que atingiram o montante de R\$12.561 em 2025 (R\$10.379 em 2024) classificado na rubrica de despesas com pessoal (nota 20).

27. Provisão para demandas judiciais

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui processos com prognóstico de perdas prováveis de qualquer natureza, conhecidas pela Administração, na avaliação dos assessores jurídicos.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e suas controladas revisam, suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura como parte em processo judicial de natureza indireta, no qual constam a empresa Domínio Energias Renováveis ("Domínio") e TK Soluções em Engenharia Ltda. ("TK"). O valor da causa é de \$4.941.

O litígio decorre de alegadas responsabilidades contratuais relacionadas à execução de projetos tendo a TK arrolado a IBH XXV como suposta corresponsável, juntamente com a Domínio. Tal imputação, entretanto, é contestada juridicamente pelos assessores legais da Companhia.

Com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, a Administração classificou a referida demanda como de perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão nas demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta a risco de crédito, riscos operacionais, risco de mercado, risco hidrológico e risco de liquidez. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

i) *Risco de liquidez*

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

ii) *Derivativos*

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía com instituições financeiras contratos de compra futura de moeda, visando, principalmente, à proteção de parte de seus ativos operacionais de curto prazo em moeda estrangeira. Esses contratos em aberto nessa mesma data foram avaliados pelo seu valor justo, conforme demonstrado na tabela a seguir. O valor nominal e justo desses instrumentos em 31 de dezembro de 2024 está demonstrado a seguir:

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gestão de risco--Continuação

ii) *Derivativos*--Continuação

Modalidade	Valor nacional (mil)	Moeda / posição (ativo / passivo)	Contraparte	Taxa de câmbio contratada	Vencimento	2024
NDF/Swap	7.123	USD	Itaú S/A	5,214	15/01/2024	(2.564)
NDF/Swap	3.516	USD	Itaú S/A	5,211	02/04/2024	(555)
NDF/Swap	2.285	USD	Itaú S/A	5,216	08/04/2024	(374)
NDF/Swap	5.098	USD	Itaú S/A	5,216	08/04/2024	(834)
Total						<u>(4.327)</u>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui exposição em derivativos futuros (NDF - *Non-Deliverable Forward/Swap*). Os derivativos foram quitados ao longo do ano de 2024.

iii) *Risco de crédito*

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito referem-se às disponibilidades. Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

iv) *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na nota explicativa 5 e as relacionadas às dívidas na nota explicativa nº 14.

v) *Riscos cambiais*

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gestão de risco--Continuação

vi) *Risco de vencimento antecipado de empréstimos e financiamentos*

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas (não financeiras), presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, as quais, requerem a manutenção de requerimentos não financeiros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas mensalmente pela Administração, com base nos contratos firmados os quais estão sendo atendida plenamente, não limitando desta forma a capacidade de condução do curso normal das operações.

Com base na análise dos contratos firmados, os requerimentos estão sendo atendidos plenamente, sem limitar a capacidade de condução do curso normal das operações.

b) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus investidores.

A Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e a partir desse monitoramento conseguir mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital.

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria--Continuação

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	Controladora		Consolidado		Nível	Classificação por categoria
	2025	2024	2025	2024		
Ativos financeiros						
Depósito em conta corrente	1	46	14	1.428	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	966	12.487	10.912	22.135	2	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber	-	-	36,416	7.725	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	-	3.085	1	222	-	Custo amortizado
Total ativos financeiros	3.775	16.710	47.343	31.510		
Passivos financeiros						
Fornecedores	2.857	5.135	4.690	6.827	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	684.550	496.394	684.550	496.394	-	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	4.194	1.272	62.600	59.128	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	6	-	-	-	-	Custo amortizado
Total passivos financeiros	691.607	502.801	751.840	562.349		

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não são apresentadas nestas demonstrações financeiras quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Empréstimos e financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados, considerando que para as dívidas de longo prazo dessa natureza, o mercado resume-se a um ente governamental.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, conforme a seguir:

<u>Itens/Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante de cobertura (R\$)</u>	<u>Vigência</u>
Complexo Solar	Riscos operacionais (Danos Materiais)	29.488	Até 25/08/2026
Complexo Solar	Danos físicos Cíveis e Máquinas e Equipamentos	14.441	Até 31/08/2026

As principais seguradoras contratadas são: Austral Seguradora, Fairfax Brasil Seguros, Pottencial Seguradora, Sompo Seguros e AXA Seguros.

As coberturas mais relevantes incluem: danos físicos decorrentes de erro de projeto para obras civis e riscos do fabricante; despesas extraordinárias, incluindo remoção de entulho; eventos como tumultos, greves, lockout e atos dolosos; danos elétricos; quebra de máquinas; alagamento e inundação; desmoronamento; despesas de salvamento e contenção de sinistros; despesas de combate a incêndio; honorários de peritos e contadores (DM/LC); roubo e/ou furto qualificado de bens; fenômenos naturais como vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, tsunami, erupção vulcânica, além de impacto de veículos terrestres e fumaça.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

30. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores para aquisição de imobilizado	-	8.254	-	8.254
Impactos de CPC 06 (R2) Arrendamento (i) (nota 11)	3.295	163	4.100	31.652
Juros capitalizados relativos à empréstimos e financiamentos	-	39.002	-	39.002
Aporte de máquinas e equipamentos em controladas (nota 10)	545.516	243.196	-	-
Provisão para desmobilização de ativos (nota 15)	-	-	840	-
Aquisição de máquinas e equipamentos - Cisão parcial "IBH 37" (iii) (nota 10)	15.175	-	15.175	-
Aporte de capital - Cisão parcial "IBH 37" (iii) (nota 17)	15.175	-	15.175	-
Redução de capital	1.502	-	-	-
Desinvestimento em controladas (nota 9)	60	-	60	-
	580.723	290.615	35.350	78.908

- (i) Durante o período, a Companhia reconheceu contratos de arrendamento em conformidade com o CPC 06 (R2), os quais não resultaram em movimentação imediata de caixa. No reconhecimento inicial desses contratos, foram registrados o ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros, caracterizando-se como transações que não envolveram caixa. Em decorrência desses contratos, os pagamentos efetuados posteriormente são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa como atividades de financiamento, no que se refere à amortização do principal do passivo de arrendamento, e como atividades operacionais ou de financiamento, quanto aos encargos financeiros, conforme política contábil adotada pela Companhia. A depreciação do ativo de direito de uso e o reconhecimento dos encargos financeiros (ajuste a valor presente) não representam saídas de caixa no momento de seu reconhecimento.
- (ii) Conforme mencionado na NE 10 de ativo imobilizado, esses valores trata-se de aportes de capital que a Infraestrutura Brasil Holding XXV S.A. fez em suas controladas por meio de transferências de ativos ("drop-down").
- (iii) O valor de R\$15.175 trata-se de cisão parcial de ativos entre empresas do mesmo grupo econômico detalhadas nas notas 1.2.1 e nota 10, sem impacto caixa.

31. Compromissos assumidos

A Companhia, de forma consolidada, possui contratos de infraestrutura assinados para construção das usinas fotovoltaicas em andamento, assim como para licenciamento ambiental e fundiário, custos legais, entre outros e estima que ao longo do ano de 2026 o investimento será de cerca de R\$16.000 (16 milhões de reais) considerando todas as suas controladas diretas e indiretas.

* * *